

Representações Sociais da Violência Contra a Mulher: Atuação Multiprofissional

Social Representations of Violence Against Women: Multi-professional Action

Representaciones Sociales de la Violencia Contra la Mujer: Actuación Multiprofesional

Alana Vasconcelos Castro Araújo, Francisca Maria Isabel Torres Frota, Letícia Pereira Louzeiro, Marcelly De Oliveira Barros, Maria Gabriela Do Nascimento Araújo, José Victor De Oliveira Santos, Ludgleydson Fernandes de Araújo
Universidade Federal do Piauí

(Rec: febrero de 2018 - Acept: septiembre de 2018)

Resumo:

A violência contra a mulher é um tema bastante debatido, no entanto ainda é escassa a presença de conteúdo bibliográfico no âmbito da Psicologia. O objetivo do estudo foi à análise e investigação das representações sociais dos profissionais frente às mulheres vítimas de violência. Para a construção do artigo foi efetuada uma pesquisa de cunho qualitativo-descritivo que consistiu na realização de cinco entrevistas semiestruturadas com profissionais que trabalham com mulheres vítimas de violência. Tais entrevistas foram desempenhadas no Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha e no Centro de Referência Especializada de Assistência Social da cidade de Parnaíba-PI (Brasil) e analisadas por meio do método de análise de discurso. A forma como os profissionais lidam e tratam tais questões que permeiam diferentes pontos e causam diversas discussões na sociedade é de suma importância para a forma de como a violência poderá ser trabalhada através de sua visão como profissional e cidadão. Como resultado foi constatado constatou-se a presença, em sua grande maioria, de profissionais mulheres trabalhando com esses tipos de casos e a maior sensibilidade das mesmas no momento de lidar com essas demandas.

Palavras-chave: violência; mulheres; representações sociais.

Abstract:

Violence against women is a much-debated topic; however, bibliographic content in Psychology is still scarce. The objective of this study was to investigate and analyze how social representations of professionals are constituted concerning women victims of violence. A qualitative-descriptive research was carried out, which consisted of five semi-structured interviews with professionals who work with women victims of violence. These interviews were carried out in the Multi-disciplinary Center Lei Maria da Penha and in the Center of Specialized Reference of Social Assistance of the city of Parnaíba-PI (Brazil) and analyzed through the discourse analysis method. As a result, it was established the presence, for the most part, of professional women working with these type of cases, and their greater sensitivity to deal with these demands.

Keywords: violence; women; social representations.

Resumen:

La violencia contra la mujer es un tema bastante debatido, sin embargo todavía es escasa la presencia de contenido bibliográfico en el ámbito de la Psicología. El objetivo del estudio fue el análisis e investigación de cómo las representaciones sociales de los profesionales se constituyen frente a las mujeres víctimas de violencia. Para la construcción del artículo se efectuó una investigación de cuño cualitativo-descritivo que consistió en la realización de cinco entrevistas semiestructuradas con profesionales que trabajan con mujeres víctimas de violencia. Tales entrevistas fueron desempeñadas en el Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha y en el Centro de Referencia Especializada de Asistencia Social de la ciudad de Parnaíba-PI (Brasil) y analizadas por medio del método de análisis de discurso. Como resultado se constató la presencia, en su gran mayoría, de profesionales mujeres trabajando con esos tipos de casos y la mayor sensibilidad de las mismas en el momento de lidiar con esas demandas.

Palabras clave: violencia; mujeres; representaciones sociales.

* Correspondencia: José Victor De Oliveira Santos.
Email. victorolintos@hotmail.com

Introdução

A desigualdade entre gêneros é um fenômeno que abrange todos os aspectos da sociedade. Seja nas ruas, no mercado de trabalho ou no próprio meio familiar, em qualquer espaço que se insere, a mulher está sujeita ao alto risco de sofrer situações preconceituosas que arriscam tanto sua integridade física como sua saúde psicológica.

A violência contra a mulher é uma realidade alarmante tanto no Brasil como no mundo. Tal violência é de extrema preocupação mundial pelos seus impactos que vão além da saúde individual, mas também na sociedade como um todo tornando-a assunto de saúde pública (Menezes, Paulo Ricardo de Macedo, Lima, Igor de Souza, Correia, Cíntia Mesquita, Souza, Simone Santos, Erdmann, Alacoque Lorenzini, & Gomes, Nardilene Pereira, 2014). No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

“A violência de gênero emerge de relações estruturalmente desniveladas, assimétricas entre homens e mulheres, que adquiriu variadas formas ao longo da história, fixando papéis, status, lugares e poderes desiguais na família, no trabalho, na política, etc. Gênero é uma categoria que tem sido normalmente usada para descrever as relações homem e mulher, onde são naturalizadas as atribuições sociais, convertendo diferenças em fontes de desigualdade e dominação, que podemos denominar de patriarcal” (Veloso, 2013, p.18).

As representações sociais tratam-se de teorias sobre conhecimentos da sociedade e senso comum, pelo fato de serem dinâmicas levam o sujeito a efetuar comportamentos que interagem e modificam o meio e as pessoas nele (Jacques, 2013). As representações atravessam toda a visão do sujeito sobre vários aspectos do cotidiano e isso perdura ao longo dos anos e influencia todas as questões acerca das relações interpessoais.

De acordo com a Pesquisa sobre as Práticas de Psicólogas(os) em Programas de Atenção às Mulheres em Situação de Violência, das diversas dificuldades enfrentadas, de acordo com as representações sociais dos profissionais em questão, destaca-se que além de lidar com a presença de tratamentos incompletos e inadequados, o sistema judicial priva a vítima de receber um acompanhamento especializado, ainda presenciando muitas vezes, representações tradicionais de gênero, preconceitos e os tabus que decorrem das próprias instituições (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Conforme Veloso (2013) é um erro ignorar o desenvolvimento das desigualdades sociais e culpabilizar o indivíduo pelas suas dificuldades, ao invés de buscar compreender a amplitude de um fenômeno que é complexo e engloba vários atores sociais. Partindo deste pressuposto, introduzida nas discussões por estudiosas do movimento feminista a partir da década de 1980 a palavra gênero foi e trouxe questões relacionadas ao patriarcalismo, relações de poder entre os sexos e uma visão mais ampla de gênero que ultrapassa a questão biológica (Pinheiro & Lisboa, 2005).

Em junho de 1994, a Organização dos Estados Americanos, tomou nota de seu reconhecimento da violência contra a mulher, como uma ofensa a dignidade humana e uma demons-

tração de relações de poder entre os gêneros historicamente desiguais, o ato colaborou para que a comunidade internacional reconhecesse explicitamente, as dimensões dos maus tratos, ou seja, as violências que ocorrem contra as mulheres por todo o mundo. Até então, os governos consideravam os maus tratos à mulher como algo que implicava somente as pessoas envolvidas e não em questões que envolvessem toda a sociedade e precisasse de medidas públicas (Silva, Souza, Chagas, Lopes, & Jucá, 2013).

No Brasil, existe a Central de Atendimento à Mulher, mais conhecida como Ligue 180, canal criado para receber denúncias e orientar mulheres vítimas de violência. Tal serviço realizou, em 2016, o recorde de 1.133.345 atendimentos a mulheres em todo o País. O número foi 51% superior ao registrado no ano de 2015, quando 749.024 mulheres foram atendidas pela central (brasil.gov.br). Dentre esses dados, 12,38% (140.350) correspondem a relatos de violência. Dentre eles, 50,70% diziam respeito à violência física; 31,80%, violência psicológica; 6,01%, violência moral; 1,86%, violência patrimonial; 5,05%, violência sexual; 4,35%.

As informações e serviços que auxiliam mulheres vítimas da violência derivam de uma série de direitos adquiridos por elas através de lutas e reivindicações ao longo dos anos. Um exemplo claro disso é a lei Maria da Penha que se trata, especificamente, da violência doméstica contra a mulher e é um grande avanço jurídico e social no País.

Com o avanço de políticas públicas já existem espaços como Núcleos, Centros de apoio como CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que contam com a presença de equipes compostas por profissionais como assistentes sociais e psicólogos que auxiliam as vítimas da violência, nesses casos com estratégias de enfrentamento seja no processo jurídico ou, às vezes, com auxílio psicológico.

A atuação multidisciplinar permite a superação de intervenções individualizantes e, por vezes, medicalizantes, que não se atentam para as dimensões sociais e culturais do problema e podem incidir em naturalizações e banalizações da violência de gênero (Guimarães, 2014). É importante que o profissional perceba a falta de igualdade e que reflita sobre sua visão acerca dos estereótipos femininos e masculinos construídos culturalmente para que não reforce, ainda mais, os padrões impostos pela sociedade (Hanada, 2007).

Ainda existem muitos percalços para a atuação de tais profissionais atualmente no Brasil, neste cenário de preconceito e desigualdade que o assistente social precisa elaborar estratégias que possam contribuir com a melhoria para a comunidade, dificuldades de atuação, opiniões sobre políticas públicas, leis e mídia sobre a violência de gênero. Para tal, foi realizada uma pesquisa de campo através de entrevistas semiestruturadas com profissionais do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e do Núcleo Multidisciplinar Maria da Penha da cidade de Parnaíba - Piauí.

Analisar e investigar como se dão as representações sociais multiprofissionalmente frente a mulheres vítimas de violência, a partir das suas percepções, estudos e vivência no dia-a-dia no trabalho com as mesmas.

Método

Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com dados transversais e por conveniência.

Local da investigação

A pesquisa se deu no Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha (NMLMP), que se configura como um instrumento criado para dar suporte nos aspectos jurídicos, preventivos e assistenciais voltados à mulher, ao agressor e aos familiares, e no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), onde tal centro oferece um trabalho as famílias e indivíduos em situações de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

Participantes

Contou-se com a participação de 5 profissionais, sendo estas 3 Psicólogas e 2 Assistentes Sociais. As participantes aderiram à entrevista por meio de termo de consentimento livre e esclarecido, onde questões como sigilo, benefícios de participação da pesquisa, garantia de acesso ao conteúdo do estudo e riscos foram explicitados. O critério de inclusão da amostra era trabalhar no NMLMP há pelo menos 1 ano.

Instrumento

O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva, onde aborda-se uma vasta descrição de ações pessoais e ambientes complexos, bem como apresenta-se de maneira íntegra o conteúdo dos posicionamento, sendo estes não restritos a uma maneira, mas abrangendo modos interpretativos, baseado em experiências, situacionais e humanísticos, conservando assim a unicidade de cada participante do estudo (Stake, 2011).

Dessa forma ocorreu o uso de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de guiar a fala, permitir liberdade de resposta, adentrar de forma mais específica às questões de interesse e maior direcionamento. Devido ao fato de tal entrevista apresentar todas as características já elencadas, houve maior facilitação nas coletas de dados, por estes compreenderem de melhor forma os fenômenos sociais.

A entrevista semiestruturada se deu no local onde as profissionais trabalham. Também sendo utilizado o método de análise de discurso para com as respostas obtidas. A análise de discurso utiliza o sentido que é produzido a partir da unção de ideologia, história e linguagem, sendo a primeira configurada pela atitude ligada a um discurso que está associado à ideia de representação. Já a história contempla os aspectos sócios históricos do indivíduo. Por fim a linguagem se constitui como da concretude do texto dando sentido ao que o sujeito discursa. Assim a transcrição do discurso ultrapassa o texto propriamente dito proporcionando sentidos pré-construídos (Caregnato & Mutti, 2006).

De acordo com a Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta por Moscovici, é um processo que conecta pensamento, linguagem e sociedade, formando uma rede. Tal Teoria admite que os sujeitos, objetos e os grupos se relacionam em

função das representações. (Amaral & Alves, 2013). Considerando o sujeito e o objeto nas representações sociais visando o presente estudo, tem-se respectivamente, as profissionais e seu campo de atuação na violência contra a mulher. Além do fato de se considerar a visão de que todas são mulheres trabalhando diretamente com as vítimas do mesmo sexo e atentando ao fato de não poderem tomar partido na atuação pelo papel que a profissão exige, mesmo sem deixar de lado a empatia e sensibilidade com a mulher violada. Dessa forma, o acolhimento e a escuta propiciam momentos que aumentam a confiança de tais mulheres, permitindo que tais denunciem os agressores, além de promover o empoderamento feminino para enfrentar a situação em que se encontra. (Aguiar & Roso 2016).

Por as profissionais estarem constantemente vivenciando e estudando sobre as demandas que lhes são permeadas, elas possuem uma visão diferente do que é percebido sobre a agressão contra a mulher do restante da sociedade a qual estão envolvidas, que por sua vez está permeada de estereótipos onde há a culpabilização da vítima, isso devido a diversos vieses, tais como a cultura machista e sexista propagados pela mídia e outros meios sociais.

De acordo com Aguiar e Roso (2016), a mulher foi ao longo dos anos vista como um ser inferior ao homem sexual e intelectualmente e lhe foi atribuído apenas o papel de “dona de casa”. Isso se comprova com uma das falas das entrevistadas, onde tal afirmou a presença ainda do preconceito e machismo que se configura nessa visão inferior da mulher que a tem como um ser vulnerável, sensível e o homem como potente, racional e demonstra ainda mais a hierarquização dos sexos. Dentro da Teoria das Representações Sociais se encontra a perspectiva da Teoria do Núcleo Central, que se constitui como uma estrutura hierarquizada, composta por sistemas de significados, que estabelece a organização e o sentido de representação. Além disso, é fundamentalmente social e está atrelado à memória coletiva e a história do grupo, por se tratar de algo cristalizado dentro das concepções grupais se torna mesmo suscetível a mudanças e ao contexto estabilizador (Silva, C. D., Oliveira Gomes, V. L., Oliveira, D. C., Amarijo, C. L., Acosta, D. F., & Mota, M. S., 2016).

No estudo em questão percebe-se a aplicabilidade desta teoria aos temas relacionados ao machismo, que, por sua vez, está ligado a ideologia dominante diretamente associado a alienação e submissão da mulher na sociedade que cultua a supremacia masculina e inferioridade feminina, assim usando métodos de controle para ocultar as diferenças e agressões direcionadas a mulher, garantindo assim a perpetuação da hegemonia dominante (Jesus & Sobral, 2017).

A mídia por sua vez reforça e legitima de forma disfarçada valores da sociedade patriarcal onde a mulher é vista de forma inferiorizada. “A legitimação e naturalização do machismo e a objetificação feminina são fatores importantes na gênese da violência contra a mulher, além de constituírem argumentos comuns utilizados para culpabilizar a mulher vítima de violência principalmente a modalidade sexual” (Moura & Henriques, 2014, p. 32). Como consta na Lei Maria da Penha nº 11.340/2006 do Artigo 8º ao Artigo 12º em que são especificadas medidas de prevenção e assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a política pública deve coibir a mesma por meio de um conjunto articulado de ações da

união dos estados e dos municípios; se houver iminência ou prática da violência às autoridades policiais são encarregadas de adotar as providências legais cabíveis; no atendimento, as autoridades tem incumbência de garantir proteção policial, encaminhar o ofendido ao hospital, fornecer transporte quando houver risco de vida e lhe informar seus direitos; em todos os casos é atribuído também às autoridades policiais adotar os procedimentos cabíveis que não prejudiquem o código de processo penal.

Apesar de a lei instituir a obrigatoriedade do atendimento pautado na humanização, no respeito, cuidado e atenção à vítima, as representações da sociedade ainda estão atreladas as ideologias machistas que fundamentam a culpabilização da própria vítima, o que acarreta a internalização do pesar pelas situações infringentes acometidas a ela.

“A culpabilização da vítima figura como um agravante – para além da violência sofrida, a mulher é desmoralizada socialmente, o que reitera não só sua posição submissa nas relações sociais como também seu papel como propriedade do homem, reforçando a ideologia androcêntrica da estrutura social corrente.” (Cardoso & Vieira, 2014, p.72).

Procedimentos

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Logo após foram elaborados ofícios de solicitação para as duas instituições objetivadas. Com a confirmação para realização do estudo, foi marcado dia e hora para a efetuação das entrevistas, além disso, houve o envio do roteiro de entrevista antecipadamente para as participantes.

A partir da entrevista semiestruturada realizada, obteve-se a coleta de dados que se constituiu de escuta e registro contínuo no decorrer de cada resposta das entrevistadas, onde estas muitas vezes não seguiram estritamente o roteiro de perguntas traçado, porém abrangendo ainda mais olhares relacionados ao tema proposto.

Resultados

Destaca-se que o conjunto de dados apreendidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Parnaíba no estado do Piauí (Brasil) que, de acordo com a prefeitura da cidade, oferece serviços que promovam autonomia no enfrentamento de revezes da vida social como negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violações físicas e psíquicas, além de discriminações sociais e infringência aos direitos humanos e sociais. As profissionais que atuam na instituição foram entrevistadas, sendo psicóloga e assistente social, por estas trabalharem com ênfase direta nas demandas traçadas no tema do presente estudo.

Destaca-se que na entrevista ocorrida com a profissional da assistência social do CREAS, foi possível fazer um apanhado sobre as visões que esta tinha da violência contra a mulher, assim relatou que o principal motivo de ter escolhido trabalhar com essas demandas foi o desejo de tornar visíveis os tipos de violência e dar o reconhecimento merecido a tais mulheres. Na violência contra a mulher a profissional percebe alguns fatores que dificultam o processo de denúncia:

“A própria vítima se culpabiliza e se acha a responsável por salvar o casamento, mas o principal motivo é que na cidade de Parnaíba não tem lugares específicos para acolher a mulher que sofre agressão, o que dificulta ainda mais a realização da denúncia pela mesma.”

De acordo com o trabalho desempenhado por esta profissional, a maioria dos casos atendidos é proveniente da delegacia, dessa forma quando a vítima chega até a sua alçada é feito o primeiro atendimento, denominado escuta e logo após o encaminhamento para os dispositivos da rede.

Ainda na fala da profissional é possível constatar outros aspectos da violência contra a mulher:

“A lei é muito importante, mas temos um judiciário muito lento e a mulher acaba sofrendo violência da própria instituição [...] A mulher sofre aprisionamento, é difícil ser mulher, é perigoso ser mulher.”

A psicóloga do CREAS, que tem o seu trabalho focado no atendimento da vítima relata a partir de suas vivências e percepções, aspectos referentes ao serviço que desenvolve:

“Depois do primeiro atendimento é marcado o acompanhamento semanalmente ou quinzenalmente, dependendo da gravidade, não se desliga o caso antes de 3 atendimentos.”

Outro órgão que também atua no enfrentamento da violência contra a mulher é o Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha que se constitui como um local que tem por objetivo fornecer meios e suporte de cunho jurídico, através de subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e a Defensoria Pública, bem como o desenvolvimento de trabalhos de orientação, encaminhamentos, prevenções e demais medidas voltadas para a vítima, para o agressor e para os familiares. No estado do Piauí, o núcleo está presente na capital, Teresina, em Picos e Parnaíba, contando com equipes compostas por assistentes sociais e psicólogas. O Núcleo de Parnaíba conta com 7 profissionais (5 assistentes sociais e 2 psicólogas), porém participaram do estudo 2 psicólogas e 1 assistente social por conta da disponibilidade de horário das mesmas.

As mulheres que chegam ao Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha já vêm encaminhadas de uma série de instituições que compõem a rede de atendimento, são elas Delegacia da Mulher, Central de Flagrantes, NEV, Ministério Público, Tribunal de Justiça, 1ª Vara Criminal e por fim chegam ao Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha.

Com base no relato das profissionais não houve escolha por parte delas para trabalharem no Núcleo propriamente dito, por estas estarem lotadas na instituição. Porém, veem o seu trabalho com relevância e positividade. Sempre atentando ao fato de que por serem mulheres, é importante um olhar voltado para imparcialidade e não militância frente aos casos apresentados, pois deve-se haver um estudo global da situação a fim de que haja um equilíbrio e uma atuação justa. Isto pode ser percebido na fala de uma das psicólogas do Núcleo: “Sou mulher, mas não me sinto no papel de militante, pois nem sempre a mulher é vítima. Dessa forma, me sinto no papel de ser imparcial, pois o papel do psicólogo é cuidar do sujeito”. As psicólogas não podem fazer atendimento clínico, pois isso não faz parte da sua atuação no Núcleo, dessa forma há o

encaminhamento para dispositivos da rede, como as Clínicas Escolas de Psicologia, além do CRAS, CREAS e CAPS.

Na fala das profissionais há o relato dos 6 tipos de violências mais observadas tanto por fatores teóricos quanto práticos, que são as violências físicas, psicológicas, verbais, patrimoniais, morais e sexuais. Sendo que a física e a psicológica apresentam maiores demandas processuais.

As violências psicológicas, verbais e morais são vistas com bastante resistência ao que se relaciona aos processos jurídicos, isto, por não apresentarem concretamente as consequências advindas sobre as vítimas ao ser efetuadas o exame do corpo de delito. Mas que por sua vez, apresentam-se recorrentemente. Como pode ser verificada na fala de uma das profissionais de psicologia é possível constatar como essas violências são percebidas: "Não há reconhecimento da violência sexual, pois muitas vezes a mulher não percebe esta violência. Na maioria dos casos, só há tomada de consciência da violência sofrida, quando ocorre a agressão física, mas aquela mulher já vem passando por violência psicológica há muito tempo."

Segundo dados disponibilizados pelo Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha referente aos anos 2015\2016 dos 284 casos analisados, sendo que 29 estão em aberto, 217 apresentaram agressão psicológica, e 143 agressões físicas. Com relação à denúncia, no discurso de uma das psicólogas estão presentes alguns dos motivos que levam, muitas vezes, a mulher a não realizar a queixa contra o agressor:

"Quando há a denúncia é porque o sofrimento já chegou no ápice. Há a dependência econômica, o enfraquecimento das relações sociais e de apoio da vítima pelo agressor. Além disso também tem a questão dos filhos que sofrem muito com a situação e necessitam de amparo. Muitas mulheres não querem desfazer o casamento, mas sim a violência que sofrem. Muitas passam pelo ciclo da violência que tem 3 fases, a primeira é a violência psicológica, a segunda é a explosão onde ocorre a violência física e a justificativa dos atos pela vítima e a terceira fase que é a lua de mel, onde tem a reconciliação e depois o retorno do ciclo."

No que tange ao perfil dos agressores, para as entrevistadas não é aconselhável traçar um perfil comum ou padrão entre eles, pois muitas vezes as pessoas de classe social mais elevada não fazem a denúncia por medo ou vergonha. Além disso, nem sempre o agressor se configura como o parceiro, às vezes podem ser pessoas próximas do convívio social da vítima ou até mesmo os filhos.

Apesar disso, de acordo com os dados disponibilizados, dos 284 casos analisados o maior percentual de agressores eram pedreiros (21) e autônomos (20), tendo idades entre 30 a 39 anos (46) e estado civil: solteiros (100) e união estável (36). Com relação ao perfil da vítima o maior número de casos se deu nas idades de 30 a 39 anos (65) e 20 a 29 (62), com profissões como dona de casa (23), desempregada (21) e empregada doméstica (21), e estado civil: solteiras (93) e união estável (40).

Segundo uma das psicólogas entrevistadas, o atendimento à mulher vítima de qualquer tipo de violência deve ser feito de maneira humanizada e especializada:

"O atendimento à mulher, é feito através de delegacias

especializadas, do Grupamento de Apoio Especializado de Crianças, Idosos e Mulheres (GAECIM) e do Núcleo de Enfrentamento à Violência doméstica de Parnaíba (NEV), (se configura como sendo uma ferramenta para ações conjuntas e integradas de todos os parceiros envolvidos no enfrentamento à violência doméstica. As ações do NEV contribuíram para a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços socioassistenciais básicos prestados à população). O atendimento propriamente dito deve ser o mais humanizado possível, mas na própria delegacia há casos de discriminação e desconsideração por parte dos profissionais não capacitados. A rede de apoio é fortalecida, porém há muito que ser melhorado."

Na visão da assistente social do Núcleo Multidisciplinar Lei Maria da Penha, a continuidade da violência contra a mulher é atribuída muitas vezes ao machismo onde a mulher é tida como um ser vulnerável e em papel de "serva", além disso, este fator se configura como algo arraigado na cultura da sociedade.

Faz-se necessário salientar que a questão cultural e a impunidade ainda são os principais motivos que levam a continuidade da violência e as formas de enfrentamento devem ser organizadas pelas próprias políticas públicas, como relata a profissional psicóloga do núcleo:

"Ainda temos que avançar muito enquanto a conscientização sobre a violência contra a mulher, através da educação, mobilização, estrutura e acolhida com a mulher. O programa Justiça pela Paz em Casa é de extrema importância por ser uma campanha que visa uma melhor prestação jurisdicional e ações interdisciplinares, convidando os tribunais de justiça do Brasil a trabalharem durante todo o ano pelo enfrentamento da violência contra a mulher. A reconciliação com o agressor também pode ser uma via de enfrentamento, frentes mais especializadas de prevenção tanto na rede pública como privada. Os enfrentamentos também são os mecanismos que punem o agressor."

Segundo as psicólogas do Núcleo, a mídia reproduz muitas vezes o machismo, a vítima é tida como culpada e não se fala sobre as causas da violência. Os acontecimentos são vistos como casos de polícia e não sociais é falado somente sobre as agressões físicas e omitidas muitas vezes as psicológicas. A mídia é frequentemente sexista.

Por último, os dados apreendidos entre as profissionais que lidam com a violência doméstica, foi demonstrado em primeiro lugar a importância da instituição da Lei Maria da Penha que funciona como ferramenta fundamental na mudança do modo com que a justiça tratava os crimes contra a mulher. Em segundo lugar, por meio da criação desse dispositivo as penas ficaram mais incisivas e punitivas, fazendo valer assim o direito de defesa da mulher, porém ainda há muito que se avançar. A partir de tal dado, é possível inferir que as leis se tornam grandes aliadas na luta frente a violência contra a mulher. Além disso, as representações sociais da violência doméstica revelaram que é de suma importância a participação competente, ativa e política dos profissionais que lidam com tal violência, percebendo o contexto localizado, as nuances da cultura do local bem como as necessidades de cada vítima.

Considerações Finais

Compreendem-se as representações sociais como uma forma de conhecimento que possui um objeto prático capaz de contribuir para a consolidação de uma sociedade com realidades comuns. Denotou-se que as representações sociais das profissionais acerca da violência contra a mulher foram permeadas pelas concepções vivenciadas em campo de atuação como, por exemplo: a cultura machista que justifica a violência sofrida pela mulher, como tal questão influencia em todo o processo de denúncia e a culpabilização da vítima. É salutar refletir e analisar as discrepâncias dos discursos e das práticas em meio à sociedade, permitindo assim problematizar as questões e demandas que afloram a violência contra a mulher. Sendo assim tal estudo compreende-se com um instrumento de discussão, conscientização e reflexão sobre o tema que mostra - se ainda pertinente na sociedade. É através do trabalho multidisciplinar especializado que a prevenção e combate aos diversos tipos de violência podem caminhar para vias de decréscimo numérico de casos de violência contra a mulher. Ainda que compreensível à dimensão reduzida da pesquisa com relação ao número de profissionais entrevistados, releva-se o fato de que as informações expostas por estes foram enriquecedoras para com o objetivo aqui buscado. Desta maneira, tais informações agora mostram-se de grande valia para com o meio acadêmico, podendo até mesmo servir como base para futuras pesquisas que abordem um número maior de profissionais.

Por fim, o presente artigo buscou compreender as representações da equipe multidisciplinar acerca das agressões à mulher como fatores que compõem os processos sociais, onde tais estão manifestados nas diversas interações da sociedade. Trata-se de um tema que no decorrer da pesquisa se mostrou bem mais do que algo referente apenas aos profissionais em si, mas a toda uma questão social que deve ser exposta e desmascarada, para quem sabe desta maneira, tal realidade sofra mudanças proveitosas para com as situações vividas diariamente por todas as mulheres.

Referências

- Almeida de Aguiar, G., & Lucion Roso, P. (2016). O empoderamento de mulheres vítimas de violência através do serviço de acolhimento psicológico: caminhos possíveis.
- Amaral, L. S. & Alves, M. S. (2013). *Nó ou Núcleo central e esquema periférico*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/viewFile/8300/7181>
- Braga Veloso, B. (2013). *A violência contra a mulher no município de Rio das Ostras e a atuação da casa da Mulher: Analisando percalços, limites e potencialidades*. UFF – Polo Universitário de Rio das Ostras.
- Cardoso, I. C. B., & Ramalho, V. V. (2015). O discurso de títulos de notícias sobre violência sexual: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, (7), 69-85.
- Caregnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo.

- Florianópolis; 15(4): 679-84. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>
- Campos Guimarães, M. (2014). *A formação pessoal de psicólogos/as e o trabalho com violência doméstica contra a mulher*. Universidade de Brasília.
- Conselho Federal de Psicologia, CFP (2012). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Corrêa Jacques, M., Neves Strey, M. Guazzelli Bernardes, N., Arcides Guareschi, P., Antônio Carlos S., & Galli Fonseca, T. (2013). *Psicologia Social Contemporânea*.
- Governo do Brasil. (2017). [brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/ligue-180-realizou-mais-de-um-milhao-de-atendimentos-a-mulheres-em-2016). Acessado em 29 de novembro de 2017 de <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/ligue-180-realizou-mais-de-um-milhao-de-atendimentos-a-mulheres-em-2016>
- Hanada, H., (2007). *Os Psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência* (Tese de Mestrado). Faculdade de Medicina de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Jesus, L. R., & Sobral, R. D. C. C. (2017). Culpabilização da mulher: a perspectiva de policiais de uma delegacia especializada no atendimento à mulher. *Revista Ártemis*, 23(1).
- Menezes, Paulo Ricardo de Macedo, Lima, Igor de Souza, Correia, Cíntia Mesquita, Souza, Simone Santos, Erdmann, Alacoque Lorenzini, & Gomes, Nadirlene Pereira. (2014). Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. *Saúde e Sociedade*, 23(3), 778-786. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000300004>
- Moura, L. C., & Henriques, I. B. (2015). Aspectos sócio-histórico-culturais envolvidos no fenômeno de culpabilização de mulheres vítimas de violência. *Veredas Favis-Revista Eletrônica de Ciências*, 7(2), 24-42.
- Silva, A. C., Souza, L. P. E., Chagas, M. C., Lopes, A. D., & Jucá, R. C. (2013). *Gênero e tráfico de mulheres*. (p. 149). Florianópolis: Conceito Editorial.
- Silva, C. D., Oliveira Gomes, V. L., Oliveira, D. C., Amarijo, C. L., Acosta, D. F., & Mota, M. S. (2016). Representação da violência doméstica contra mulheres entre profissionais de saúde: idade como atributo de diferenciação [Representation of the domestic violence against women between health professionals: age as an attribute of differentiation]. *Revista Enfermagem UERJ*, 24(3), e13212.
- Stake, R. E. (2011). Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso.